

# **A ascensão da nova direita como movimento transnacional e os desafios das instituições: O caso do Brexit<sup>1</sup>**

CAMPOS, Leticia Oliveira<sup>2</sup>

## **Resumo**

O presente artigo tem como objetivo a discussão acerca da ascensão da nova direita como um movimento transnacional e como isso impacta as nações e o comportamento dos Estados no sistema internacional, gerando um desafio ao papel das instituições. O texto busca a partir da discussão sobre a nova direita, mostrar como a saída do Reino Unido da União Europeia (UE), via o movimento do Brexit, pode ser uma ilustração deste processo que tem influenciado outras nações ao redor da Europa e do mundo.

**Palavras chaves:** Nova direita; conservadorismo; nacionalismo; União Européia; Brexit.

## **Abstract**

This article aims to discuss the rise of the new right as a transnational movement and how it impacts nations and state behavior in the international system, posing a challenge to the role of institutions. From the discussion on the new right, the text seeks to show how the departure of the United Kingdom from the European Union can be an illustration of this process that has influenced other nations around Europe and the world.

**Key words:** New right; Conservatism; Nationalism; European Union; Brexit.

## **1. Introdução**

Abraham Lincoln disse uma vez: “ninguém quer se divorciar em tempos de casamento”. Após a segunda guerra mundial, podemos dizer que vivíamos um tempo de “casamento”; as instituições e seu papel no sistema internacional eram crescentes e a interdependência entre países aumentavam, de modo não haver razão para crer - ainda que houvesse desafios - que outras formas de organização eram melhores que a ordem internacional liberal desenvolvida no pós-guerra. A nova direita renasce então na Europa,

---

<sup>1</sup> Artigo científico apresentado ao Instituto de Economia e Relações Internacionais como Trabalho de Conclusão de Curso para obtenção do grau de Bacharel em Relações Internacionais pela Universidade Federal de Uberlândia, sob orientação da Profª. Bárbara Vasconcellos de Carvalho Motta.

<sup>2</sup> Graduanda em Relações Internacionais pela Universidade Federal de Uberlândia.

reivindicando seu espaço no sistema internacional, mostrando que há outras formas de organização internacional melhores, segundo seus valores e projeto político, do que a ordem internacional liberal conquistada no pós-guerra. Ela se apresenta como um movimento de caráter transnacional que conquistou públicos em diferentes nações que influenciaram suas políticas domésticas, trazendo à tona sentimentos de caráter nacionalista, conservadores, individualistas e de livre mercado. Tal difusão de ideias se deu de forma rápida, com a facilidade atual na transmissão de informações, principalmente via internet. Contudo, o renascimento destes sentimentos e ideias, não aparecem do nada, houve oportunidades políticas para sua inserção.

O presente trabalho mostrará como momentos de tensão social e principalmente crise econômica, gera oportunidades para renascimento de ideias e surgimentos de novos partidos políticos. Veremos também como essas oportunidades aliadas aos meios de comunicação e campanhas efetivas, têm o poder de conquistar um público. Um exemplo disso foi o crescimento do movimento eurocético na Europa após a crise da zona do euro, em que países devastados pela crise e descontentes com a forma de organização vigente começaram a formar coalizões e ideias que expressavam seus descontentamentos e gerassem um movimento anti União Europeia (UE).

Deste modo, o presente artigo busca entender como a nova direita enquanto movimento transnacional influenciou as eleições e quadros políticos de algumas nações ao redor do globo, como isso se manifestou num desprestígio das instituições por parte destes Estados, e por fim, como e em que medida o Brexit é uma ilustração deste processo. Portanto, a primeira seção se dedica a explicar o reaparecimento da nova direita, as características que a define e como ela tem agido em âmbito internacional, seguida pela segunda seção que mostra as instituições e a ordem liberal em crise e ameaçada por essas idéias, e por fim, uma última seção que aborda o Brexit enquanto estudo de caso, os desdobramentos do processo de negociação e as principais forças que o tem guiado.

## **2. Ascensão da nova direita como um movimento transnacional**

A segunda guerra mundial foi marcada por grande sofrimento, dificuldades e traumas relacionados a um nacionalismo exacerbado, ideia de raça superior à outra e forte presença do individualismo. E todos esses desastres geraram um receio a qualquer movimento ou ideia

que trouxesse à tona qualquer um desses termos. Deste modo, após esses desastres, este receio juntamente com o aumento da interdependência entre Estados e o elemento da globalização, somados ao grande desenvolvimento econômico, e a diminuição das tensões sociais, fizeram com que a extrema direita tivesse menos protagonismo no sistema internacional, apesar de se ainda fazer presente em alguns países neste espaço de tempo, como alguns governos nas ex-repúblicas da União soviética com o fim da guerra fria, por exemplo. No entanto, rapidamente esse quadro muda, uma vez que a medida que surgiam novos problemas sociais e econômicos, oriundos da crescente interdependência e da diminuição das barreiras fronteiriças, como a crise da imigração na Europa e a crise na zona do euro, criaram-se oportunidades para a criação de novos partidos tanto na direita como na esquerda, e um despertar das ideias conservadoras que em alguns lugares estavam adormecidas ou sem força o suficiente para desafiar o *status quo*.

Os movimentos e atores que englobam o termo “nova direita” são diversos, tanto historicamente como geograficamente. Como um projeto intelectual, suas origens históricas estão diretamente ligadas a Europa e são usualmente tratadas com a nova direita francesa estabelecida em 1968, por Alan de Benoits, Dominique Venner e outros militantes da direita, intelectuais associados ao “Grupo de pesquisa e estudo para a civilização europeia”<sup>3</sup>, o qual a agenda refletiu o múltiplo realinhamento ideológico gerado por revoluções culturais e crises econômicas que abalou muitas sociedades ocidentais naquele tempo, como França, Itália e Alemanha (DROLET; WILIAMS, 2018).

No ano de 1970, foram desenvolvidos diversos grupos de direita, além da França. Com o “Nouvelle Droite”, surge também a “Nuova Destra” da Itália, e Alemanha com o “Neue Rechte”, assim como sequencialmente em outros países ao redor, a Europa central e ocidental. Nesse mesmo período tiveram intelectuais aliados e interlocutores na Rússia contemporânea, e outras partes da antiga União Soviética. Já nos Estados Unidos, a nova direita era relacionada com o desenvolvimento do movimento paleoconservador, como um esforço para revitalizar a antiga direita, combater a crescente influência dos neoconservadores e neoliberais que eram frequentemente designados provisoriamente como nova direita nos EUA e Reino Unido nesse período (DROLET; WILIAMS, 2018).

Com o fim da guerra fria, mudanças consideráveis na ordem internacional como a transformação da sociedade industrial para a pós-industrial e da globalização econômica,

---

<sup>3</sup> No original: “Goupement de recherché et d’études pous la civilisation européenne” (GREECE). Tradução nossa.

política e cultural, produziram efeitos importantes, que não apenas serviram como fomentadores de uma nova ordem liberal, mas também como um aumento no descontentamento com os políticos e partidos deste período, que não contemplava seus interesses, como a incapacidade deles em resolver o problema do desemprego, por exemplo, que estava com taxas altas na Europa nesse período, gerando tempos instáveis. Deste modo, esse descontentamento passa a criar uma oportunidade política, no sentido de partidos ascenderem oferecendo um programa político que combina populismo anti-*establishment* com uma busca para retornar ao *status quo*, incluindo a prioridade de preservar a identidade nacional. Até mesmo discursos anti-migratórios passam a ressurgir, dizendo àqueles descontentes com o desemprego, por exemplo, que os imigrantes têm roubado seus empregos, fortalecendo as convicções nacionais em torno disso e criando novas redes de pensamento político, assim como a criação de novos partidos de direita. Ou seja, mudanças sociopolíticas, ausência ou presença de tensões sociais por meio de dificuldades econômicas ou algum tipo de privação relativa, resultaram em ondas de protesto social; e tais protestos sociais se deram através de oportunidades políticas (RYDGREN, 2005).

Para a nova direita, a própria ideia de direitos humanos internacionais, bem como a adoção de princípios universais supostamente representativos, são uma estratégia liberal que, sob o disfarce de pluralismo e tolerância, efetivamente excluem a legitimidade das definições domésticas de valores ou direitos pertencentes aquela população específica, e se opõem ao direito dos públicos nacionais de efetivamente e democraticamente apoiar valores particularistas. Porém, nessa visão, o poder internacional coloca tais decisões nas mãos da elite que reivindica o direito e busca incessantemente o poder ideológico e institucional para julgar direitos e aplicar suas decisões. Nessa perspectiva, as instituições internacionais liberais são expressão dos interesses e valores da nova classe, realizada através de outros tipos de instituições públicas (DROLET; WILIAMS, 2018).

A proposta desta ordem por parte da nova direita busca transformar o mundo a partir de um corte na normativa da legitimidade internacional a partir do princípio político do consentimento democrático nacional, no sentido de que alguns órgãos e instituições internacionais não possui legitimidade de ação, porque apresenta pautas e projetos que segundo esta nova direita, não está alinhada com a política doméstica dos países e nem mesmo respeita a opinião pública, apelando ao discurso democrático e questionando a legitimidade da ordem liberal. A nova direita é frequentemente apresentada como o

ressurgimento de um populismo mal definido, e além disso ela é marcada por uma autoconsciente vanguarda intelectual respaldadas por toda uma trajetória histórica de pensamento conservador e nacionalista. Essas ideias fazem parte de um plano cultural e projeto político que, embora diverso, tem vínculos transnacionais significativos, além de questões de política internacional no cerne de muitos de seus elementos mais importantes (DROLET; WILLIAMS, 2018).

Diante disso, pode-se entender que o movimento da nova direita teve sua ascensão devido ao desenvolvimento de poderosos quadros, sendo eles as respostas dadas aos descontentamentos com a política estabelecida, aliados a oportunidades políticas, e tais quadros se manifestam de forma diferente em diversos países. Um exemplo claro desse processo é o movimento atual de novos grupos políticos e partidários em alguns países do globo, como Estados Unidos, Reino Unido, França, e mais recentemente o Brasil. Setores descontentes com as políticas adotadas nos últimos anos que movimentaram campanhas de forma a difundir as ideias desta nova direita, como uma nova proposição que solucionaria seus descontentamentos e angariando eleitores para seus projetos políticos. Uma reivindicação desses países é a questão da soberania frente a uma crescente intervenção das organizações internacionais em suas políticas domésticas; pois, como Rosenau (2000) bem colocou, à medida que as interdependências entre Estados e instituições cresceram, e novos atores e agendas surgiram, uma parte da autoridade dos países foi transferida para coletividades subnacionais e supranacionais, fazendo com que certas funções da governança estejam sendo executadas mediante atividades que não têm origem nos governos, provocando assim, certa insatisfação de alguns Estados, no sentido de ter parte de sua legislação e algumas medidas internacionais formuladas por burocratas desconhecidos, que nem sempre respeitam a própria vontade e realidade específica de uma nação.

As políticas de tais governos atuais que são parte desse movimento conservador em ascensão, e colocam em xeque a ordem liberal internacional, estão assentadas em ideias que se manifestam em um projeto de poder político. Cada vez mais essa nova direita traz consigo valores sociais que estão moldando o discurso político e opiniões sobre questões importantes. Morgenthau (2003) bem explica isso quando considera a ideologia e moral como variantes importantes na análise de como funciona a política. Para ele, constitui um aspecto característico de qualquer política, seja ela doméstica ou internacional, que as suas manifestações básicas estejam mascaradas diante da verdadeira manifestação dos Estados que

é a luta pelo poder. Na realidade, a verdadeira natureza da política se esconde por trás de justificações e racionalizações ideológicas. Embora toda e qualquer política consista necessariamente em uma luta pelo poder, as ideologias tornam o envolvimento nessa disputa não só moral como psicologicamente aceitável para os atores e seu público (MORGENTHAU, 2003).

Para poder organizar um povo atrás da política externa do governo e reunir todas as energias e recursos nacionais em apoio do mesmo, o representante da referida nação, em vez de clamar por mais poder, terá de apelar para necessidades vitais, como a existência nacional, e para princípios morais, como a justiça. Essas são as forças psicológicas que inevitavelmente dão origem às ideologias da política internacional e as transformam em armas na disputa pelo poder no cenário internacional. Um governo cuja política externa esteja associada com as convicções intelectuais e avaliações morais de seu povo dispõe de uma grande vantagem. (MORGENTHAU, 2003).

Este processo descrito por Morgenthau, é exatamente a forma que a nova direita atua. Ela possui uma ideologia moral, nacionalista e de mercado fortes, que identificam os problemas e anseios de sua população interna e conseguem obter vantagens se apresentando como resposta aos problemas de sua população, apresentando suas ideologias envolta em um plano de poder político. Podemos ver este fenômeno expresso em diferentes ações de governos distintos, pelo Estados Unidos, grande influenciador, e por toda a Europa principalmente.

A própria União Europeia tem enfrentado desafios que têm questionado sua capacidade de desempenhar um papel construtivo na defesa da ordem liberal, acima de tudo, por suas divisões e tensões internas. Essas tensões estão, pelo menos em parte, ligadas ao crescente poder das ideias consideradas iliberais e das forças políticas na Europa - primeiras a Hungria e a Polônia e, também, a Itália. Semelhante ao governo de Donald Trump, os governos desses países lançaram ataques aos principais valores e instituições democráticos-liberais, nacionais e internacionais. Estas forças políticas eurocéticas procuram promover em nível europeu sua luta por valores e seu discurso político sobre identidade, com suas implicações em termos de políticas públicas, particularmente no tema da imigração (CHOPIN; et al., 2019).

A ascensão de movimentos de extrema direita populistas, além do BREXIT, vem abalando as fundações da União Europeia, e sentimentos anti-imigração em países como

Polônia, Eslováquia, Áustria, Itália e Alemanha estão empurrando a instituição para políticas de imigração cada vez mais severas. Em todo o mundo, percebe-se um movimento contra a ordem internacional liberal, entendendo ordem internacional liberal neste trabalho, aquela criada pelos Estados Unidos na segunda guerra mundial, tendo como principais elementos constituintes, as instituições internacionais, acordos e regimes para a abordagem de temas que ultrapassam as fronteiras, como o comércio internacional, bem como normas que regulam as interações entre Estados. Ela se consolida a partir da difusão de valores como a democracia, o liberalismo, as liberdades individuais e sociais, a ideia de que os direitos humanos são universais e os mercados livres. Deste modo, os desafios que se tem apresentado aos princípios fundamentais desta ordem, como os colocados acima, evidenciam que as instituições e os valores que governam a política global desde a Segunda Guerra Mundial são postos em xeque (GHECIU, 2018).

Diante disso, percebemos que há uma ligação entre os principais acontecimentos que têm ocorrido desde 2016, principalmente na América Latina, Estados Unidos e Europa, que se traduzem numa mesma reorientação da política interna de seus países, através da ascensão de ideias conservadoras, nacionalistas, pró-mercados e defensores da soberania que se expressa na então chamada nova direita, que muito mais do que apenas uma orientação política ou partidária, tem se apresentado como um movimento de caráter transnacional.

No Reino Unido, o papel desempenhado pelo Partido da Independência do Reino Unido na votação do Brexit, ou pelo chamado movimento *Alt-Right* na eleição de Trump para a presidência dos EUA, se deram através de uma movimentação e articulação da opinião pública, que evidencia de certa forma o caráter transnacional dessa nova direita na forma de atuação em países distintos, o que nos leva a questionar se tais acontecimentos com características similares não são operados pela mesma força em todos as nações que têm apresentado essas ideias. Como Rydgren (2005) bem colocou em seu texto, as difusões indiretas por meio de informações fornecidas pelos relatórios da mídia de massa, desempenham um papel importante não apenas ao facilitar a difusão indireta entre países, mas também ao transformar os sucessos eleitorais dos partidos estrangeiros, como o caso dos EUA, em expansão de oportunidades políticas para o mercado interno. Observamos que este processo de difusão se dá através de campanhas, relações públicas em escala e a confecção de slogans para as campanhas pró-governos de direita, como vistos em alguns países da Europa. Para Geert Wilders, chefe do Partido da Liberdade da Holanda, seu principal slogan era:

“Ontem uma nova América, hoje Koblenz e amanhã uma nova Europa.” Marine Le Pen, líder do Front National da França, se utilizava da seguinte frase: “2016 foi o ano em que o mundo anglo-saxão despertou, e 2017 tenho certeza que é o ano em que o continente europeu também acordará ”, referindo-se ao seu apoio ao Brexit e Trump, bem como à resistência francesa contra a “anglobalização”. Para Frauke Petry, líder da Alternativa para a Alemanha e anfitrião da convenção, a palavra-chave era “pátrias”: “Todos nós queremos reviver a idéia que existia há décadas em uma Europa de pátrias, onde praticamos política juntos, mas não estamos sujeitos aos ditames de Bruxelas e Estrasburgo” (VUCETIC, 2017).

Os três líderes que carregaram esse slogan, aspiravam ocupar cargos em seus respectivos países. Em março, Wilders esperava ver seu partido se estabelecer como o maior partido do parlamento holandês; em abril e maio de 2017, Le Pen tinha em vista o segundo turno das eleições presidenciais da França; e em setembro, a Alternativa Petry para a Alemanha estava tentando capturar seus primeiros assentos no Bundestag. Tais movimentações de campanhas e slogans foram observados nas eleições de Trump nos Estados Unidos, com o “*America first*”, “abre seu coração ao patriotismo”, e também no BREXIT com o slogan, “*Let’s take back control*”, reivindicando e criando um sentimento de comoção na opinião pública para ter o controle do Reino Unido de volta, longe da influência da União Europeia. Tais slogans são semelhantes a de outros países com movimentação da extrema-direita na Europa, como o “*Austria First*”; “*Patriotic Spring*”, entre outros, e evidenciam o caráter transnacional desta nova direita atual (VUCETIC, 2017).

O autor Wegierski (1993) faz uma consideração em relação a esta nova direita europeia, ao colocar que a mesma se apresenta enquanto um fenômeno contraditório, pois ainda que muitos de seus argumentos pareçam originais e oriundos de agora, sua herança está firmada ao pensamento tradicional europeu, que para ele, é anterior àquele período colocado aqui com os intelectuais que pensavam a nova direita na Europa nos anos 60 e 70. Para o autor, a nova direita, muito além dos pensamentos e ação política, está ligada também ao organicismo católico europeu, com forte tendência ao conservadorismo, com ênfase no individualismo, capitalismo, direitos de propriedade, e princípios relacionados a igreja e moral cristã. Ou seja, ainda que vários autores apresentem diversas faces dessa nova direita, quando analisamos sua essência, não conseguimos distingui-la da velha direita presente na Europa desde antes das guerras mundiais. Ela mesma possui os mesmos princípios que guiavam a ‘antiga direita’ há séculos atrás, mas conseguiu sobreviver até hoje porque segundo



Rydgren (2005), possui as condições de ser flexível o suficiente para caber em diferentes contextos políticos e culturais.

## **2.1 A direita internacional e sua contestação ao papel das instituições internacionais**

Como vimos, algumas ideias específicas como o conservadorismo e liberalismo econômico manifestos na face da considerada nova direita, criam novas formas de enxergar o sistema e suas instituições, gerando assim novas regras que prescrevem a forma de conduta de alguns atores dentro deste, passando a considerar o próprio Estado, o mercado ou a moral religiosa como mais importantes no processo de regulação da interação entre Estados. Percebe-se que à medida que as instituições e outros organismos multilaterais vêm crescendo e ganhando poder, observamos um movimento de alguns Estados reivindicando tal poder de volta.

Bull (2002) nos traz contribuições ao pontuar que o que quer que os separe, os Estados modernos se unem na crença de que eles são os principais atores da política mundial, e os mais importantes sujeitos de direitos e deveres dessa sociedade. As sociedades dos Estados têm procurado garantir que ela continuará a ser a forma predominante da organização política mundial, de fato e de direito. A história nos mostra alguns desafios à persistência dessa sociedade, feitos algumas vezes por certos estados dominantes - o Império dos Habsburgos, a França de Luís XIV, o Império Napoleônico, a Alemanha hitlerista, e possivelmente os Estados Unidos da América depois de 1945. Segundo o autor, outros desafios ao papel internacional privilegiado do Estado, ou o seu direito de exercê-lo, têm sido levantados por diferentes atores, que ameaçaram retirar dos estados a sua posição de principais participantes da política mundial, ou de principais sujeitos de direitos e deveres. Tais ameaças foram feitas por atores "supra-estatais" como o Papado e o Sacro Império Romano, nos séculos XVI e XVII, ou as Nações Unidas no século XX (um exemplo disso, está no papel exercido pela ONU como um ator violento na crise do Congo de 1961).

Deste modo, vemos que os desafios a este modelo de organização dos Estados, podem ser levantados por atores "sub-estatais", que participam da política mundial de dentro de um estado determinado, ou ainda de atores "trans-estatais" que ultrapassam as fronteiras dos estados. Manifestações revolucionárias e contra revolucionárias promovidas pela reforma, pela revolução francesa e pela revolução russa são exemplos importantes, na história moderna, pois foram movimentos que desafiaram a ordem política da época e influenciaram

diversas pessoas e governos no mundo. Em segundo lugar está o objetivo de manter a independência ou a soberania externa dos estados individuais. Da perspectiva de qualquer um desses estados, o que se almeja, ao participar da sociedade dos estados, é o reconhecimento da sua independência, e especialmente o reconhecimento da jurisdição suprema que tem sobre o seu território e população. O preço a ser pago por isso é admitir iguais direitos à independência e à soberania por parte dos outros estados (BULL, 2002).

Os Estados tinham um grau muito elevado de autonomia nas suas relações internacionais, já que aceitavam poucas obrigações internacionais, da lei convencional ou costumeira até antes das duas guerras mundiais. De uma perspectiva puramente legal, os Estados mantêm, ainda, o direito soberano de não estarem obrigados por qualquer acordo internacional apoiado pela maioria ou até mesmo por todos os outros Estados. No entanto, na prática, eles se encontram cada vez mais emaranhados em uma rede de interdependência e de arranjos regulatórios ou de colaboração, da qual geralmente encontram dificuldade em se livrar. Basicamente, não é possível conceitualizar os Estados como se tivessem o grau de autonomia que tradicionalmente lhes é atribuído, devido à rede de regimes formais e informais em que se encontram crescentemente envolvidos. Segundo o autor, há diferenças significativas entre grupos de Estados no que respeita à velocidade com que estão envolvidos com esse processo de transformação histórica. Trata-se de um processo longo que provavelmente terá períodos de rápido progresso e momentos ocasionais de reversão (ZACHER, 2000).

É nessa rede de interdependência, arranjos e regulações que reside a principal preocupação dos Estados atuais. Uma discussão clássica nas relações internacionais se dá em torno do papel das instituições e principalmente na quantidade de poder e autoridade conferida a elas pelos Estados. O aumento do número de organizações internacionais, a maioria das quais prescreve uma variedade de arranjos regulatórios para os países membros, manifesta o aumento da regulamentação e da colaboração no sistema internacional. Segundo dados do *Yearbook of international organizations* de 1986/87, em 1909, havia 37 organizações internacionais baseadas em convenções e 176 outras de caráter não-governamental; em 1951, os números correspondentes eram, respectivamente, 1123 e 823; em 1986, 337 e 4.649. Houve também um aumento notável do número de congressos e conferências patrocinados por essas organizações. Entre 1938 e 1960, a frequência desses

encontros era de dois ou três por ano e na década de 1970, mais de três mil (SAUR, 1988 apud ZACHER, 2000).

Um importante conceito é o de multilateralismo, para identificar a atuação das instituições e suas relações com os Estados, que historicamente são caracterizadas por cooperação e coordenação. As instituições internacionais, principalmente as organizações, são os órgãos que possuem maior relevância frente esta articulação multilateral, em que cada qual foi criada com um objetivo específico e os Estados conferem a elas autoridade para exercício de tais objetivos. Os dados do *Yearbook of International organizations* apresentado por Saur (1988), nos permite ver quanto ao longo dos anos o número de instituições e organizações internacionais aumentaram significativamente, e nos permite entender de certa forma, a posição dos Estados diante de um grande número de organizações que regulam as interações entre eles no sistema internacional. E principalmente, para os defensores da nova direita, quanto mais organizações internacionais, quanto mais tratados e intensificação das relações multilaterais, menos poder o Estado nacional detém, e isso os leva a defender a diminuição, senão o fim, de tais organizações.

Um respaldo teórico que nos ajuda a entender o multilateralismo atual é dado por Julia Morse e Robert Keohane (2014), onde abordam o conceito de multilateralismo contestado. Segundo eles, duas premissas são importantes para compreensão deste conceito: a primeira é de que o multilateralismo é persistente e a segunda que ele está em transformação. Os autores colocam que os Estados insatisfeitos com a forma de atuação das organizações multilaterais vigentes, podem formar coalizões e outras formas de organização multilateral para reagir em detrimento de suas insatisfações e até mesmo enfraquecimento de alguma instituição. Colocam ainda, que podem existir situações em que a desagregação ou enfraquecimento de instituições multilaterais não irão formar outras relações multilaterais ou bilaterais, mas podem causar o próprio esvaziamento dessa instituição e descrédito da mesma (MORSE; KEOHANE, 2014). Portanto, multilateralismo contestado pode ser entendido como um movimento de contestação por parte de atores insatisfeitos com a configuração multilateral vigente e buscam alternativas de superação dessa estrutura a partir de outras estruturas ou até mesmo desafiando-a. Esse conceito é importante neste trabalho, porque pode-se entender o movimento recente como uma contestação ao multilateralismo vigente em face das organizações internacionais que dentro dele atuam. O movimento eurocético é um exemplo

desse processo de Estados formando coalizões que mostram a insatisfação com o multilateralismo institucionalizado na União Europeia.

De certo modo, quando é feito uma análise dessas coalizões, é possível enxergar um paradoxo, que se torna evidente na tentativa de vencer o multilateralismo, através de coalizões multilaterais. Tal paradoxo aponta o que Keohane e Morse abordaram em suas contribuições ao debate do multilateralismo e papel das instituições no sistema internacional, quando dizem que o multilateralismo é persistente. Ainda que os Estados que defendem e estão sob influência das ideias conservadoras, estejam descontentes com as relações multilaterais e busquem por relações bilaterais e menos poder das instituições, quando se deparam com um aliado em comum, não hesitam em formar relações entre eles de forma multilateral, para lutar contra o processo histórico e multilateral que condenam.

### **3. O caso do BREXIT**

BREXIT é uma abreviação para “Britain Exit”, que não é nada mais que, “saída britânica”, ou seja, é o processo de negociações que caracteriza a tentativa de saída do Reino Unido da União Europeia. Este processo de negociações em sua dimensão abrangente, possui elementos necessários a nossa análise, isso será melhor visto a seguir, uma vez que será possível observar que o processo de negociações é articulado pelo partido conservador, e a campanha movimenta sentimentos populistas, através da difusão por meios de comunicação em massa, fruto de um movimento de caráter transnacional, e contesta a eficácia de uma das maiores e mais poderosas instituições regionais do sistema internacional, a União Europeia.

A tentativa de compreender todo este processo envolve análises de vários atores e temas diferentes, que envolvem desde a questão da soberania parlamentar tão cara ao Reino Unido, como a questão da imigração. Além disso se torna necessário compreender como este processo foi guiado e por que o referendo e as campanhas feitas são tão importantes; dentro da análise desse processo é natural que surjam questionamentos como: Qual o reflexo disso na União Europeia e no Reino Unido, como isso impacta o processo de integração regional? Como então se dá esses processos de negociações entre um país e a União Europeia? Se dá de forma unilateral, deve seguir um procedimento acordado?. E guiados por estas perguntas tentaremos chegar a uma resposta, e a mesma só pode ser encontrada se conseguirmos entender de forma aprofundada no que esse tal Brexit consiste.

Desde a primeira aplicação britânica para se juntar a comunidade europeia em 1961, e depois com a passagem para as comunidades europeias no ato de 1972, a soberania parlamentar tem sido objeto de debate, principalmente em relação a como atos do parlamento britânico poderiam ser suplantados pela legislação europeia. O tribunal de justiça europeu já havia decidido em 1964 que uma lei nacional deveria ser anulada se fosse considerada incompatível com a lei comunitária, e esses precedentes evidenciam uma transferência de soberania do parlamento e tribunais britânicos para instituições e tribunais europeus. As denúncias em relação a perda de soberania trazida pela integração europeia aumentaram. (BIRDEAUD, 2017). Um juiz inglês, Lord Denning, fez a seguinte declaração a respeito das leis da União Europeia:

Nossa soberania foi retirada pelo tribunal de justiça europeu. Nossos tribunais não devem mais fazer cumprir nossas leis nacionais. Eles devem fazer cumprir a lei comunitária. Não existe lei europeia na maré que flui pelos estuários da Inglaterra. Agora é como um maremoto que desce pelas paredes do mar e flui para o interior, sobre nossos campos e casas- para desânimo de todos<sup>4</sup>.

A soberania estava se tornando uma questão central para o público britânico, e sob a pressão de seus próprios parlamentares eurocéticos, David Cameron - antigo líder do partido conservador e primeiro ministro- tomou as primeiras medidas para demonstrar sua vontade de protegê-la de novos ataques. Deste modo, a lei da União Europeia, formalizada em 2011, que afirmava que qualquer tratado da UE que planejasse transferir poderes significativos para Bélgica teria que ser submetido a um referendo, se tornou para David Cameron e Nick Clegg - líder do partido liberal democrata - um mecanismo de ação a favor da defesa da soberania parlamentar britânica, e ordenaram uma extensa pesquisa sobre o “balanço das competências” a ser conduzida entre os diferentes departamentos ministeriais. Esta pesquisa deveria evidenciar o excesso de invasão da legislação da UE. A proteção da soberania parlamentar também constituiu em planejar dar aos tribunais britânicos alguma margem de manobra para evitar as leis e precedentes da União Europeia. O então secretário da Justiça, Michael Gove, sugeriu ao comitê de constituição da câmara dos lordes, como prova apresentada em Dezembro de 2015, que a suprema corte do Reino Unido pudesse se tornar um “ponto

---

<sup>4</sup> No original: “Our sovereignty has been taken away by the European Court of Justice... Our courts must no longer enforce our national laws. They must enforce Community law... No longer is European law an incoming tide flowing up the estuaries of England. It is now like a tidal wave bringing down our sea walls and flowing inland over our fields and houses—to the dismay of all”. Tradução nossa.

constitucional”, ou seja, uma decisão final sobre questões europeias e ser capaz de priorizar os valores constitucionais nacionais sobre o direito europeu (BIARDEAUD, 2017).

Em fevereiro de 2016, Philip Johnston publicou um artigo onde dizia que a questão do parlamento iria restaurar o controle britânico sobre suas próprias leis. E isso só aconteceria se houvesse um voo no referendo para sair da União Europeia. Isso impactou fortemente a campanha, muitos britânicos votaram a favor da saída com a ideia de que não os restava outra opção para restaurar a soberania parlamentar original e sim cortar todos os laços com a União Europeia. Até mesmo no discurso da rainha na abertura estatal do parlamento, em maio de 2016, mostrava uma preocupação britânica com a soberania parlamentar, quando disse que: “meus ministros vão defender a soberania do parlamento e a primazia da casa dos comuns. Soberania parlamentar é um dos princípios mais fundamentais da constituição e o governo está empenhado em garantir que seja respeitado”<sup>5</sup> (BIARDEAUD, 2017).

Na realidade, os termos renegociados do Reino Unido de associação à UE, anunciado em fevereiro de 2016, não conseguiu convencer os céticos, ou abordar as questões da migração laboral, em particular, tornando essas questões obscuras e juridicamente incertas. Foi esse resultado que atrapalhou a campanha do referendo subsequente. Cameron queria uma mensagem clara sobre ganhar um acordo melhor para o país em uma UE reformada. O Brexit foi apresentado com sucesso como uma maneira de acabar com a interferência de Bruxelas, financiar o *National health service* (NHS), e reduzir a imigração. O lado pró-UE nesse primeiro processo do referendo, foi mal interpretado em relação ao que propunha, por não conseguir comunicar de forma efetiva suas justificações para pedir um referendo para pressionar a União Europeia. Deste modo, vários acordos rejeitados precedeu o Reino Unido na votação, como o tratado constitucional da UE em dois países como, o tratado de Lisboa, o resgate grego e o acordo de associação da Ucrânia. Esses exemplos foram além de uma falha na comunicação dos sistema político britânico, uma vez que também não conseguiram convencer a população acerca do *status quo* da União Europeia e seus benefícios para o país. O segmento comum que liga esses votos foi, de fato, a recusa dos cidadãos a serem indiferentes à aceitação da elite sobre a cooperação europeia. A insatisfação com a Europa passa a ser então uma ideia de que não há alternativa ao atual sistema de ordem institucional.

---

<sup>5</sup> No original: “Parliamentary sovereignty is one of the most fundamental principles of the constitution and the Government is committed to ensuring that it is upheld. Tradução nossa.

Nesse sentido, a UE é percebida por muitos no Reino Unido e em outros lugares como um entrave ao desenvolvimento pleno do país e sua soberania (GLENCROSS, 2018).

O discurso de Ambrose Evans Pritchard, num artigo escrito por ele em 2016 para o: “*The Telegraph*”, colocava o voto no referendo para o Brexit como a única solução para o problema daqueles descontentes com as políticas que vinham sendo desenvolvidas no status quo:

Tudo se resume a uma escolha elementar: restaurar o autogoverno completo desta nação ou continuar vivendo sob um regime supranacional superior, governado pelo Conselho Europeu que não elegemos em nenhum sentido significativo e que o povo britânico pode nunca remover, mesmo quando persistir em erros.<sup>6</sup>

A partir do referendo e de algumas narrativas de apoiadores do “*leave*”, vemos que as implicações democráticas da globalização e governança supranacional são importantes. O status da soberania e democracia em condições de interdependência transnacional, como aqueles que caracterizam as relações entre os Estados-Membros da UE, foi trazido à tona pelo Brexit, principalmente devido à campanha que dá ênfase em “retomar o controle”<sup>7</sup>. Argumentos sobre o significado de “controle” toca no cerne do significado da democracia e da soberania e abriu um leque de questões importantes sobre como esses termos devem ser entendidos e aplicados. Na Europa principalmente, questões que tocam diretamente à legitimidade de governança transnacional e a compatibilidade entre os países modelos supranacionais de democracia, são um dos fatores mais importantes (GLENCROSS, 2018).

Diante deste debate entre democracia, soberania e legitimidade, se torna difícil resistir à tentação do referendo em uma Europa onde cada vez mais os políticos lutam para confiar na democracia representativa para legitimar suas políticas. O que se torna conveniente em delegar políticas e se voltar ao povo soberano é que ele permite que os políticos se distanciem de quaisquer consequências negativas que possam ocorrer, com a justificativa de que foi uma escolha do povo. Como o autor Jan-Werner Müller (2016b) explicou, um referendo como este oferece populistas a chance de as pessoas confirmarem o que estes que propuseram o referendo, já têm identificado como a vontade autêntica do povo. Ou seja, apresentam a ideia de um referendo a partir de uma noção do que este povo vai de fato escolher. A ideia de Cameron quando apresentou o referendo, foi em parte, silenciar o movimento eurocético do

---

<sup>6</sup> No original: “It comes down to an elemental choice: whether to restore the full self-government of this nation, or to continue living under a higher supranational regime, ruled by European Council that we do not elect in any meaningful sense, and that the British people can never remove, even when it persists in error”. Tradução nossa.

<sup>7</sup> “Let’s take back control” - slogan da campanha do movimento Leave. Tradução nossa.

Partido Conservador que impulsionou sua agenda anti-UE causando danos parlamentares, mas isso não foi possível, porque o partido se aproveitou dessa oportunidade como uma forma de lançar a ideia do Brexit, e isso não apenas se deu pelo partido conservador, mas também pelo partido de independência do Reino Unido - que nas eleições de 2014 foi o partido mais popular nas eleições europeias - cuja estratégia era reforçar o sentimento anti-imigração com hostilidade à UE (FORD; GOODWIN, 2014 apud GLENCROSS, 2018).

Tais discursos que apelam para a ineficácia da UE enquanto instituição internacional e recobra o sentimento nacionalista, usando da soberania do povo, como principal agente da política e da tomada de decisões, é um elemento claramente visto em manifestações do movimento pela nova direita em todo o globo. Nos Estados Unidos e no Brasil, por exemplo, foram exatamente a mobilização do povo, e a justificação democrática por meio de eleições diretas, que legitimam esses governos e justificam suas ações. O que nos permite observar que essa nova direita possui uma relação de influenciadora, mas também de ser influenciada. O Brexit é parte de uma série de acontecimentos em maior escala, e faz parte de um ciclo de retroalimentação, é a nova direita se alimentando do Brexit e seus discursos, e são as narrativas da nova direita alimentando o processo do Brexit.

Segundo Robin Niblett, na campanha pelo “leave” as razões mais importantes para a defesa dessa ideia além da questão da imigração, se deu principalmente pela defesa da soberania e democracia, ele diz:

O impacto da imigração e a contribuição para o orçamento europeu não podem ser subestimados. No entanto, o firme desejo de ter “leis que dizem respeito ao Reino Unido votadas no Reino Unido” foi evidenciado em muitas pesquisas como a primeira razão dada pelos eleitores “Leave” para a votação.<sup>8</sup>

Contudo, o apelo ao povo não pode ser um substituto da democracia representativa, porque ainda é necessário um governo para exercer a soberania após um referendo. Em nenhum lugar isso se torna mais evidente do que no caso do Reino Unido após a votação de 23 de junho 2016. O referendo do Brexit cria um paradoxo político, pois aparentemente o uso de referendos dá controle ao povo, mas na prática, no Reino Unido, um referendo reforça o poder executivo. Para entender o paradoxo, precisamos compreender o princípio básico da prática constitucional do Reino Unido. No sentido amplo da política, o partido no governo, como o executivo, precisa de maioria parlamentar, e quando essa maioria estiver ameaçada, será necessário melhorar seu apoio partidário arriscando uma eleição geral, uma lógica que

---

<sup>8</sup> No original: The impact of immigration and the contribution to the European budget cannot be downplayed. However, the staunch desire to have “laws which concern the UK voted in the UK” was evidenced in many polls as the first reason given by “Leave” voters for their ballot. Tradução nossa.



pode ser observada em todo o processo do Brexit, e a constituição improvisada revelado em Theresa May - antiga primeira ministra e líder do partido conservador - chamando uma eleição inesperada, a fim de garantir apoio a qualquer provável acordo do Artigo 50 (GLENCROSS, 2018).

O artigo 50 do tratado da União Europeia pressupõe, que qualquer membro de uma organização internacional pode se apartar dela. Havia o artigo, mas não se esperava que ninguém pudesse de fato querer sair. Esse artigo se tornou disponível a partir de 2009, dentro do complexo jurídico oferecido pela lei primária da União Europeia, dando a possibilidade expressa de retirada disponível para os Estados membros da organização. No entanto, a questão levantada pelo artigo, conforme articulado, também abre caminho para dificuldades de interpretação, dúvidas e críticas a algumas etapas e sua falta de clareza sobre os meios de implementação dessa retirada. Segundo Circolo, Hamulak e Blazo (2018), existem quatro aspectos particulares: a ausência de condições para o início do procedimento de retirada, possibilitando assim abusos do instrumento; sua falta de capacidade analítica na definição das fases individuais; o procedimento conducente à retirada; a falta de clareza em relação ao status que o país gostaria de se retirar durante as negociações; e o conteúdo mínimo que o acordo de retirada deve assumir com o objetivo de gerenciar, tanto quanto possível, uma retirada sem complicações. Dessa forma, a estrutura atual do artigo 50 do tratado, e em particular, a escolha de não incluir nenhuma condição expressa, senão o cumprimento dos requisitos constitucionais, para operar a retirada poderia facilitar a chantagem dos Estados que deseja obter concessões especiais sob ameaça de desintegração da União Europeia (CIRCOLO; HAMULAK; BLAZO, 2018).

Deste modo, a saída dos Estados da União Europeia deve ser um processo consensual, um Estado membro desejando sair notifica sua intenção ao conselho europeu, que irá providenciar direções para a conclusão de um acordo fazendo os devidos arranjos para a saída. Essas negociações são conduzidas pelo negociador (comissão), e quando as negociações são completadas o tratado é concluído pelo conselho da União Europeia, e depois se obtém o consentimento do parlamento europeu. As instituições da UE podem afetar o processo de saída do Estado, mas não sua saída em si mesma, pois entrada e saída como bem colocam os autores, são direitos autônomos dos Estados e ser membro pode ser considerado um privilégio, que não podem ser retirados pela decisão de uma instituição ou outros Estados membros (CIRCOLO; HAMULAK; BLAZO, 2018).

A partir disso, vemos que o que se iniciou com um tratado em 2011, e a possibilidade de um referendo, se transformou em uma campanha para a saída da União Europeia. O partido conservador se aproveitou de uma oportunidade política para lançar bases as influências direitistas sobre a política doméstica do Reino Unido e assim garantir apoio público. Boris Johnson, atual primeiro ministro do Reino Unido e líder do partido conservador, afirma bem esta ideia quando diz que votar para permanecer na UE significaria "a constante e miserável erosão da democracia parlamentar neste país".<sup>9</sup>

Como bem colocou Biardeaud (2017), a soberania então passa a atuar como um slogan pela campanha de saída, uma vez que a mesma apela para a sensibilidade britânica, fala com o orgulho dos britânicos em sua história democrática, sua habilidade de se auto governar e até mesmo em tempos atrás de governar o mundo, sem a interferência de poderes estrangeiros. Portanto, em Junho de 2016, 52% da população do Reino Unido usou um referendo para expressar sua opinião que queria que Westminster tomasse o poder de volta de Bruxelas.

A partir de então, o desafio que antes se constituía numa reivindicação de soberania parlamentar passa a alcançar novos padrões e justificativas para a saída da União Europeia, e isso gera desafios e preocupação em relação ao que poderia se tornar essa campanha e quais os rumos que o Reino Unido passaria a tomar no futuro. O ex-procurador geral Dominic Grieve expressa essa preocupação quando coloca:

Estar propondo algo revolucionário e sem lei, envia a mensagem mais clara ao mundo que nossa política há muito declarada de observar os termos dos tratados internacionais está concluída. A partir de agora, não se pode confiar em honrar nenhuma obrigação internacional.<sup>10</sup>

Ele coloca isso, porque o Brexit foi aprovado e continuado pelo governo sem a aprovação específica do parlamento. Também encarando isso como um desafio, o diretor do *Think tank Chatham House* escreveu em seu artigo publicado em junho de 2016, que “no final, a soberania é garantir resultados.” “Vamos retomar o controle” segundo ele, é um slogan vazio, a menos que isso melhore as perspectivas para os cidadãos britânicos e enfatiza que “em um mundo cada vez mais interdependente, a Grã-Bretanha estará melhor ao reunir áreas distintas de seu poder soberano com 500 milhões de compatriotas europeus do que deixar sua população de 65 milhões sujeita às regras e caprichos dos outros” (BIARDEAUD, 2017).

<sup>9</sup> No original: “that voting to stay in the EU would mean “the steady and miserable erosion of parliamentary democracy in his country”. Tradução nossa.

<sup>10</sup> No original: “be proposing something revolutionary and Lawless. It would send the clearest message to the worlds that our stated policy of observing the terms of international treaties is finished. No reliance could henceforth be placed on our honouring any international obligation”. Tradução nossa.

A partir dessas citações, podemos perceber a preocupação e envolvimento das ideias da considerada nova direita moldando o processo de decisões principalmente das massas, através do partido conservador, e vemos que muito mais que o projeto de integração, que a economia ou até mesmo as vantagens comerciais, os valores sociais e as ideias implantadas através de uma ideologia histórica de grandeza e soberania total, tem ganhado mais público.

Uma vez votado o referendo, não significa que isso se seguiria naturalmente, pois com ele foram trazidos desafios diversos e longos processos de negociação, o que é bem evidenciado quando vemos quando isso começou em 2016 e o fato de estarmos em 2019 e nada se concluiu ainda. Parte dessa dificuldade não se deu apenas pela indecisão e impulsos britânicos, mas também pela imprevisibilidade desse ato, pois até aquele período existia a cláusula de saída, mas até então ninguém nunca havia se manifestado em sair.

A gravidade da situação se mostrou ainda mais evidente no desenrolar das negociações, quando Theresa May enfrentava dificuldades em definir os termos de saída, principalmente no que tange a economia. Sair da União Europeia, não significava apenas sair da instituição e sim, dos acordos de comércio, das vantagens, do acesso a mercados europeus, entre várias outros fatores que então pesam na balança nesse processo, uma vez que esta saída resultaria uma perda enorme não só para a União Europeia, mas também para o próprio Reino Unido. Portanto, vemos que a nova direita tem se proposto a assumir desafios e compromissos que não consegue sustentar. A própria ideia de individualismo, relações bilaterais e livre mercado pode ser contestado quando observamos as dificuldades enfrentadas em negociar os termos econômicos para a saída. A própria Theresa May, parte do partido que começou tudo isso, sentiu os impactos do que causaram tentando remediar por meio de negociações econômicas, por exemplo.

Todo o debate acerca dos termos e condições de saída do Reino Unido, passaram a ser definidos em dois termos: “soft brexit”, ou simplesmente não brexit, ou “hard brexit”. Sendo que o primeiro é defendido como uma posição daqueles que votaram no referendo pela permanência do Reino Unido na União Europeia, e o segundo é defendido por aqueles que fazem parte da campanha do “Leave”, que votaram pela saída. Um Brexit suave é geralmente usado para se referir a permanência da Grã-Bretanha alinhada com a UE. O objetivo é minimizar as interrupções no comércio, nas cadeias de suprimentos e nos negócios em geral que seriam criados divergindo dos regulamentos e normas da UE, reduzindo assim o custo do Brexit. Na prática, um Brexit suave significa permanecer dentro do mercado único da UE

(como a Noruega) e de sua união aduaneira (como a Turquia). Soft Brexiters estão dispostos a ficar vinculados pelas regras e tarifas da UE, mesmo que a Grã-Bretanha perca a palavra ao fazê-lo, e também aceitam a consequência inevitável de que será difícil para a Grã-Bretanha fazer acordos comerciais com países terceiros (HOW A SOFT BREXIT..., 2018).

Já um Brexit duro rejeita toda a ideia de um alinhamento próximo, e seus apoiadores são a face da nova direita no Reino Unido, uma vez que possui os mesmos ideais que já foram apresentados na nova direita mundial e fazem parte de um amplo movimento de contestação ao multilateralismo expresso nas instituições, blocos e organizações internacionais. O objetivo deles, é escapar dos pesados regulamentos e tarifas da UE, para poder estabelecer regras e acordos alfandegários de sua própria escolha, ou seja, um Brexit duro significa deixar o mercado único e a união aduaneira. Hard Brexiters acreditam que permanecer em um dos dois tornaria a Grã-Bretanha em uma espécie de servo da UE, o que não pode ser admitido por essa nova direita independente, soberana e em pleno controle de suas leis, comércio e relações sociais. Portanto, através de um orgulho cego e um nacionalismo, estão dispostos a aceitar a interrupção de curto prazo e os custos potencialmente altos de se libertar de Bruxelas, porque acreditam que os ganhos a longo prazo de uma melhor regulamentação e o fechamento de acordos de livre comércio em todo o mundo compensarão as dificuldades enfrentadas (HOW A SOFT BREXIT..., 2018).

A política declarada de Theresa May era de recuperar o controle das leis, fronteiras e dinheiro da Grã-Bretanha, o que parece implicar um duro Brexit, no entanto, ainda insiste nas “red lines”<sup>11</sup> que incluem a saída do mercado único e da união aduaneira. Contudo, nas negociações do Brexit em Bruxelas, ela concordou com uma transição durante a qual a Grã-Bretanha continuaria vinculada a todas as regras da UE; e para garantir que não haveria uma fronteira rígida entre a Irlanda do Norte e a República da Irlanda, ela também aceitou que deveria haver uma solução “de apoio” que mantenha a Grã-Bretanha em uma união aduaneira e em estreito alinhamento regulatório com a UE por alguns anos, até que seja encontrada outra maneira de evitar qualquer infraestrutura, verificações alfandegárias ou controles associados na fronteira. Enquanto Theresa May continuava suavizando suas “red lines”, muitos esperavam que o resultado final combinasse elementos dos dois lados, tanto da nova

---

<sup>11</sup> O Parlamento Europeu identificou os assuntos de maior importância (linhas vermelhas) para as negociações. Estes incluem colocar os interesses dos cidadãos em primeiro lugar e honrar os compromissos assumidos pelo Reino Unido em relação ao orçamento da UE.

direita, do partido conservador e o movimento “leave”, quanto daqueles que lutaram pela permanência. Uma resposta possível seria permanecer em uma união aduaneira e no mercado único de bens, mas não de serviços (HOW A SOFT BREXIT...,2018).

No entanto, tal posição de Theresa May diante do processo de negociações só contribuiu para o retardamento das decisões e acordos que poderiam ser tomados, e para o aborrecimento da população. O próprio partido conservador, reconhecendo que ela não conseguiria levar a cabo o Brexit da forma que lutavam por, mobilizaram forças para sua saída, assim como o outro partido também, o que levou a sua renúncia ao cargo de primeira ministra neste ano. Entretanto, com a saída da Theresa May, Boris Johnson assumiu seu lugar, com uma posição mais radical e determinada de que o BREXIT aconteceria, característica clara de que lutaria por um hard brexit. Ou seja, a nova direita não estava disposta a negociar seus princípios e ideais, para eles o Brexit deve acontecer a qualquer custo e se alguém atrasa ou dificulta é pressionado a se retirar. A própria entrada de Boris Johnson evidencia o avanço da nova direita, quando seus discursos podem ser facilmente relacionados e semelhantes a discursos de outros líderes e figuras importantes em outros países que têm passado pelos mesmos processos da transnacionalização dessa nova direita. Isso é reconhecido por pessoas importantes dentro de seus países ao se depararem com situações como essa, uma vez que o próprio líder do Partido Trabalhista, Jeremy Corbyn, acusou Johnson de usar uma linguagem “indistinguível da linguagem da extrema direita”.

Deste modo, sabemos que a União Europeia pode tentar influenciar as tomadas de decisão do Reino Unido, tentando evidenciar os privilégios e concessões que poderão ser perdidos com sua saída, como tem feito, ainda que tenha diminuído um pouco a partir do surgimento de outros desafios dentro da instituição. Entretanto, no fim não pode obrigar o Reino Unido a continuar ou não, e essa talvez pode ser a maior evidência de respeito a tão reivindicada soberania dos Estados.

## **Conclusão**

Pensar no Brexit e nos desdobramentos dos processos de negociações se torna tão difícil quanto imaginar um futuro próximo de resolução do mesmo, ou até mesmo que tipo de futuro, a partir do que temos presenciado, ainda que as eleições estejam se aproximando. O referendo do Reino Unido em 2016 levantou um grande debate em relação ao futuro do país e seu papel no mundo. Os próprios defensores do Brexit estão divididos sobre a melhor forma

de alcançar essa ambição, com soft brexit ou hard brexit, por exemplo. Além de discordar sobre o futuro relacionamento do Reino Unido com a União Européia, eles se chocam com os acordos comerciais a serem perseguidos, as alianças a forjar, entre outros. O que torna as prospecções e qualquer análise referente a isso uma tarefa difícil e complexa.

Aquilo que começou com uma reivindicação de soberania parlamentar fortaleceu as ideias fortes nacionalistas, de soberania total e desprestígio das instituições. Pois, dentro da questão constitucional, se desdobram diversos temas combatidos pela nova direita, não só no Reino Unido, como no mundo todo, como a questão da imigração, que ocupa boa parte dos debates e preocupações de governos de direita atual. Trump que em seu discurso evidencia o problema da imigração para os Estados Unidos e demonstra uma tentativa de se afastar do que ele chama de “falsas promessas do globalismo” se referindo ao papel das instituições internacionais e regionais, além do que já presenciamos nos outros países eurocéticos da Europa.

A partir do exposto acima, vemos como os discursos e narrativas pronunciadas e abordadas por diferentes atores políticos importantes no globo, possuem características similares e defendem ideias semelhantes, ainda que cada uma aplicada ao seu próprio contexto cultural e político. Nos Estados Unidos Trump, com a promessa de fazer a América grande de novo e colocá-la em primeiro lugar, o Reino Unido com a ideia de retomar o controle das suas leis e políticas, entre outros países com diversos slogans já mostrados no texto que reforçam forte sentimento nacionalista, conservador e com menor participação e lugar para as leis internacionais e recomendações das instituições que há anos têm guiado a ordem internacional liberal.

Porém, à medida que se tenta romper com a ordem internacional liberal, novos desafios se apresentam, pois não se trata apenas de formar coalizões contra o *status quo*, mas de propor soluções que consigam sustentar seu projeto, o Brexit é uma prova de que não basta apenas lançar um referendo e conseguir apoio público, ainda que este possua muita força, mas conseguir conduzir os processos de negociações e dar soluções aos problemas identificados neste público de forma efetiva. Um desafio central para os apoiadores do Brexit está em como articular uma visão próspera e um futuro otimista para o Reino Unido fora da União Europeia. Enquanto para aqueles que lutam pela sua permanência, precisam mostrar por que e como o Reino Unido pode se beneficiar e se fortalecer dentro da União Europeia. Muitas dessas questões se encontram em temas básicos como economia, comércio, saúde, educação, lazer,

trabalhos e padrões de vida, a preocupação com a imigração e o controle democrático das instituições europeias, além de grandes questões quanto a identidade britânica e seu espaço e papel no mundo, que toca diretamente as vidas e relações sociais das pessoas.

Vivemos um período de grande instabilidade no sistema internacional, que em parte é fruto do caráter transnacional da nova direita, ou seja, ela tem uma capacidade de influenciar países distintos e ser fortalecida por governos através de fatores como ideologias, atividades, políticas e campanhas comuns, que a fazem um movimento capaz de desafiar a ordem internacional. Não podemos subestimar o poder que um movimento como este tem, principalmente pela grande facilidade de difusão de ideias e informações no mundo globalizado, que é o principal meio pelo qual essa direita atua. Estamos em um momento em que não há que o possa ser subestimado ou ignorado, uma vez que até um tempo atrás não conseguimos prever nem mesmo um referendo que votasse pela saída do Reino Unido da União Europeia e gerasse toda essa campanha e movimentação que tem influenciado não apenas a União Europeia e o Reino Unido, como toda a Europa e o mundo.

## Referências

- APPS, Peter. **EU referendum**: Michael Gove's full statement on why he is backing Brexit. The Independent, 2016. Disponível em: <<http://www.independent.co.uk/news/uk/politics/eu-referendum-michael-goves-full-statement-on-why-he-is-backing-brex-it-a6886221.html>>. Acesso em: 03 dez. 2019.
- BULL, Heddley. **A sociedade anárquica**: Prefácio de Wiliams Gonçalves: Trad. Sérgio Bath (1a. edição) Brasília: Editora Universidade de Brasília, Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais: São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2002 XXVIII. 361p. Clássicos IPRI.
- CIRCOLO, A.; HAMULAK, O.; BLAZO, O. Artigo 50 do tratado da União europeia: Como entender a “direita” do Estado membro da saída da União europeia? In: RAMIRO, David; KERIKMÄE, Tanel e CHOCHIA, Archil. **Brexit: History, Reasoning and perspectives**. Springer international publishing AG 2018.
- CHOPIN, Thierry; FRACCAROLI, Nicolo; HERNBORG, Nils; JAMET, Jean-François. **The battle for Europe's future**: The next european parliament will be more fragmented independently of BREXIT. 2019. Disponível em: <<https://blogs.lse.ac.uk/euoppblog/2019/05/25/the-battle-for-europes-future-the-next-european-parliament-will-be-more-fragmented-independently-of-brex-it/>>. Acesso em: 25 out. 2019.
- DROLET, Jean-François; WILIAMS, Michael C. **Radical conservatism and global order**: international and global order: international theory and the new right. Cambridge University Press, 2018. V.10:3, p. 285–313.

DROLET, Jean-François; WILLIAMS, MICHAEL. **The view from MARS US paleoconservatism and ideological challenges to the liberal world order**. International Journal, 2019. v. 74(1), p. 15–31.

GHECIU, Alexandra. **The battle over europes future**. Centre of international poice studies, 2019. Disponível em: <<https://www.cips-cepi.ca/2019/02/05/the-battle-over-europes-future/>> Acesso em: 25 out.2019.

GLENCROSS, Andrew. Cameron’s European legacy: How Brexit demonstrates the flawed politics of simple solutions. In: MARTILL B.; STAIGER, U.(eds). **Brexit and Beyond: Rethinking the Futures of Europe**. London: UCL Press. 2018. Disponível em: <<https://doi.org/10.14324/111.9781787352759>>. Acesso em: 20 nov. 2019.

HALL, MACER. **Boris Johnson urges Brits to vote Brexit to “take back control”**. The daily Express, 2016. Disponível em:<<http://express.co.uk/news/politics/681706/Boris-Johnson-vote-brexit-take-back-control>>. Acesso em: 03 dez. 2019.

HOW A SOFT BREXIT differs from a hard one, and why the ultimate Brexit may be a mixture of both. Londres: The economist, 25 jun.2018. Disponível em: <<https://www.economist.com/the-economist-explains/2018/06/25/how-a-soft-brexit-differs-fr>om-a-hard-one>. Acesso em: 26 nov. 2019.

MORGENTHAU, Hans. **A política entre as nações**. Imprensa Oficial do Estado de São Paulo: Editora Universidade de Brasília: Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais, São Paulo, 2003. Disponível em: <<http://www.funag.gov.br/biblioteca/dmdocuments/0179.pdf>>. Acesso em: 28 set. 2019.

MORSE, J. C., & KEOHANE, R. O. **Contested multilateralism**. The Review of international organizations, 2014. v. 9(4), p. 385-412.

NIBLETT, Robin. **The sovereignty argument for Brexit is a myth**. Newsweek, 2016. Disponível em: <<http://europe.newsweek.com/brexit-eu-sovereignty-argument-myth-457816?rm=eu>>. Acesso em: 03 dez. 2019.

PRITCHARD, Ambrose Evans. **Brexit vote is about the supremacy of Parliament and nothing else**. The Telegraph, 2016. Disponível em: <http://www.telegraph.co.uk/business/2016/06/12/brexit-vote-is-about-the-supremacy-of-parliament-and-nothing-els/>. Acesso em: 03 dez. 2019.

RINGEISEN-BIRDEAUD, Juliette. **“Let’s take back control”: Brexit and the debate on sovereignty-** Revue Française de Civilisation Britannique, 2017. v.22-2. Disponível em: <<http://rfcb.revues.org/1319>>. Acesso em: 19 nov. 2019.

ROSENAU, James N; CZEMPIEL, Ernst-Otto (orgs.). **Governança sem governo- Ordem e transformação na política mundial**. Tradução de Sérgio Bath;- Brasília: Editora Universidade de Brasília : São Paulo : Imprensa oficial do Estado, 2000. 423 p.



RYDGREN, Jens et al. **In extreme right-wing populism contagious?: Explaining the emergence of a new party family**. European Journal Of Political Research. Suécia, 2005. p. 413-437.

VUCETIC, Srdjan; BELL, Duncan.. **BREXIT, CANZUK, and the legacy empire**. - The British Journal of Politics and International Relations, 2018. p.1-16.

VUCETIC, SRDJAN. **Why a small meeting of far-right delegates in Europe shouldn't go unnoticed**. 2018. Disponível em:  
<<https://www.cips-cepi.ca/2017/01/23/why-a-small-meeting-of-far-right-delegates-in-europe-shouldnt-go-unnoticed/>>. Acesso em: 25 out. 2019.

WEGIERSKI, Mark et al. The new right in Europe. Telos Press, 1993. v. 98-9955-69.

ZACHER, Mark W. Os pilares em ruína do templo de Vestfália: implicações para governança e a ordem internacional In.: ROSENAU, James N; CZEMPIEL, Ernst-Otto (orgs.). **Governança sem governo- Ordem e transformação na política mundial**. Tradução de Sérgio Bath. Brasília: Editora Universidade de Brasília : São Paulo : Imprensa oficial do Estado, 2000. 423 p.